



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete do Des. ARNÓBIO ALVES TEODÓSIO

A C Ó R D ã O

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0011156-70.2014.815.0011 – 4ª Vara Criminal da Comarca de Campina Grande - PB

RELATOR	: O Exmo. Des. Arnóbio Alves Teodósio
01 APELANTE	: Ministério Público Estadual
02 APELANTE	: Walterlucyanna Almeida Moraes
ADVOGADOS	: Félix Araújo Filho e Fernando A. Douettes Araújo
APELADOS	: Os mesmos

APROPRIAÇÃO INDÉBITA EM RAZÃO DA PROFISSÃO E FRAUDE PROCESSUAL. Art. 168, § 1º, inciso III, e art. 347, parágrafo único, c/c art. 69, todos do CP. Condenação em primeiro grau.

RECURSO MINISTERIAL. Pleito de aumento das penas-base e de não substituição da sanção privativa de liberdade por restritivas de direitos. Circunstâncias judiciais devidamente sopesadas. Manutenção do *quantum* fixado. Consequente subsunção à hipótese prevista no art. 44 do CP. Manutenção. Pedido de agravamento da pena de multa. Proporcionalidade em relação à reprimenda corpórea. **Desprovemento.**

- Constatada a presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, cabe ao magistrado, dentro de uma discricionariedade vinculada, eleger a reprimenda que se mostra adequada para a prevenção e repressão do delito, de forma proporcional.

~ Não há ilegalidade na substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, quando presentes os requisitos do art. 44 do CP.

APELO DEFENSIVO. Pleito absolutório. Materialidade e autoria sobejamente comprovadas. Impossibilidade. Apropriação, no exercício da advocacia, de valores

pertencentes ao cliente, recebidos em razão de demanda judicial. Apropriação indébita constatada. Inovação artificiosa, com intuito de induzir o magistrado a erro. Fraude processual configurada. Pedido de redução da pena. Dosimetria aplicada de acordo com os ditames legais. **Desprovimento**.

- Restando devidamente comprovadas a materialidade e a autoria, porquanto consubstanciado o dolo de apropriar-se de coisa alheia móvel, da qual tem a posse em face da profissão, não há falar em absolvição por insuficiência de provas, impondo-se a manutenção da condenação da ré pela prática do crime de apropriação indébita.

- O acusado que, no exercício da advocacia, apropriou-se de numerário pertencente ao seu cliente, beneficiário do INSS, induzindo-o a assinar recibo com o fim de simular o recebimento integral da verba indenizatória arbitrada pelo Judiciário, comete o crime previsto no art. 168, § 1º, inciso III, do CP.

- Não há que se falar em redimensionamento das penas aplicadas quando estas foram fixadas em estrita obediência aos ditames legais e se mostra adequada e suficiente à prevenção e repressão delituosa.

Vistos, relatados e discutidos os autos acima identificados.

Acorda a Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça, à unanimidade, **NEGAR PROVIMENTO** aos recursos, em harmonia com o parecer ministerial.

RELATÓRIO

Trata-se de apelações criminais interpostas pela representante do Ministério Público e pela ré Walterlucyanna Almeida Moraes, contra a sentença de fls. 213/219, por meio da qual o douto Magistrado *a quo* julgou procedente a denúncia, condenando este último pela prática dos crimes definidos no art. 168, § 1º, inciso III, e art. 347, parágrafo único, c/c art. 69, todos do CP.

Narra, *ipsis litteris*, a denúncia (fls. 02/04) que:

"(...) que no dia 27 de novembro de 2012, na Rua Benedito Mota, nº 320, no Bairro do Alto Branco, a denunciada "apropriou-se de coisa alheia móvel, de que teve a posse em razão de sua

profissão" e " inovou artificialmente em processo penal não iniciado, com o fim de induzir a erro o juiz".

Historiam os autos que, a vítima LUIZ DA SILVA FERNANDES estava impossibilitada de trabalhar, em razão de um tumor na bacia e a retirada de um rim, tendo contratado a denunciada, para dar entrada em seu auxílio doença.

Ato contínuo, o auxílio foi obtido, mas suspenso após quatro meses, tendo então a vítima procurado, novamente, a denunciada, a qual além do auxílio, pleiteou na justiça as verbas retroativas, que somaram o valor de R\$ 17.698,63 (Dezessete mil seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos), conforme extrato da Caixa Econômica Federal à fl. 17.

Ocorre que, após receber o supracitado valor, a denunciada apenas repassou à vítima a quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), apropriando-se indevidamente do restante e induzindo a mesma, que é analfabeta, a assinar um recibo (fl. 43), com o valor total da verba indenizatória arbitrada pela justiça, sendo estas informações ratificadas, pelas testemunhas DOMICIANO DO NASCIMENTO e JOÃO DA SILVA FERNANDES.

Além disso, a denunciada induziu o irmão da vítima, EDSON DA SILVA FERNANDES, também analfabeto e seu cliente, a assinar um documento, no qual o mesmo atestava ser testemunha da entrega do valor de R\$ 17.698,63 (Dezessete mil seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos), por parte da denunciada a seu irmão (vítima), aproveitando-se do fato, daquele ter comparecido ao seu escritório para tratar de outro processo.

Ademais, em sua oitiva na esfera policial EDSON DA SILVA FERNANDES acrescentou que na data do pagamento realizado pela denunciada a seu irmão, o mesmo encontrava-se no Rio de Janeiro/RJ, não presenciando assim qualquer entrega de valor, confirmado, no entanto, a assinou um documento no escritório da denunciada, sem saber de seu conteúdo, por ser analfabeto.

Por fim, em seu interrogatório a denunciada, confirmou que atuou como advogada da vítima, no entanto, negou a apropriação de qualquer valor de forma indevida, afirmando que apenas havia recebido os honorários advocatícios no percentual 20% (vinte por cento)(...).” (sic)

A inicial acusatória foi recebida em 10/02/2015 (fl. 76).

Inconformados com o *decisum* (fls. 213/219), tempestivamente, apelaram a Representante do *Parquet a quo* (fl. 221) e a ré (fl. 245).

Em suas razões recursais, de fls. 222/231, o Ministério Público requereu o aumento das penas-base aplicadas à acusada para os crimes de apropriação indébita e fraude processual e a não substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, diante das circunstâncias judiciais desfavoráveis, além da inaplicabilidade do art. 44, inciso III, do CP. Alternativamente, mantida a decisão de primeiro grau, pugna pelo agravamento da pena de multa aplicada, diante do prejuízo da vítima em aproximadamente R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e da boa condição

financeira da ré. Por fim, pleiteia que, em caso de manutenção da condenação, após o trânsito em julgado seja oficiado a OAB/PB e ao Tribunal de Justiça do Acre para fins de ciência deste da decisão.

A ré, nas razões do apelo de fls. 255/273, pleiteia a sua absolvição por insuficiência e contradição nas provas apresentadas pela acusação e diante da ausência de dolo em apropriar-se de coisa alheia móvel, ou o redimensionamento das penas-base e da pena pecuniária por serem as circunstâncias do art. 59 do CP totalmente favoráveis.

Contrarrazões acostadas às fls. 238/242 (ré) e fls. 278/281 (MP), pugnando pela reforma e manutenção da sentença, respectivamente.

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça, através dos pareceres subscritos pelo insigne Promotor de Justiça convocado, Dr. Amadeus Lopes Ferreira, manifestou-se pelo não provimento de ambos os apelos, mantendo-se a sentença condenatória na íntegra, com a determinação da imediata execução da pena (fls. 284/290 e 299/304).

É o relatório.

VOTO: Exmo. Sr. Des. Arnóbio Alves Teodósio
(Relator)

Prima facie, cumpre esclarecer que os requisitos essenciais de admissibilidade dos recursos encontram-se devidamente preenchidos.

A ré foi condenada por apropriação indébita qualificada e por fraude processual, delitos previstos nos arts. 168, § 1º, inciso III, e 347, parágrafo único, ambos do CP.

Irresignados com a sentença condenatória de fls. 213/219, tempestivamente, apelaram o representante do *Parquet* e a ré, requerendo a reforma do *decisum*.

Pugna a acusada pela absolvição sob o argumento de que a prova colhida durante a instrução processual é contraditória e insuficiente para um decreto condenatório, não tendo ficado comprovado o dolo. Além disso, requer a redução da pena aplicada.

Por outro lado, a acusação pleiteia o aumento da reprimenda imposta, a não substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e a inaplicabilidade do art. 44, inciso III, do CP.

Analisando atentamente as razões recursais da ilustre Promotora de Justiça e da ré, as contrarrazões de ambos e os pareceres do nobre Procurador de Justiça, bem como todo o acervo probatório e, com base nos elementos coligidos, tenho que os apelos não merecem ser providos, pelos motivos que passo a declinar.

Luiz da Silva Fernandes, inicialmente, procurou a Defensoria Pública da União buscando assistência jurídica para tentar reaver valores que teriam sido recebidos pela advogada Walterlucyanna Almeida Moraes, em lide previdenciária, e não repassados a ele, ocasião em que o órgão federal oficiou o Ministério Público da Paraíba (fl. 06) informando que encaminhou o solicitante à Defensoria Pública do Estado da Paraíba. Através deste mesmo documento, a Defensora Pública Federal que subscreveu o ofício, encaminhou cópia do procedimento de assistência gratuita e documentos, salientando que “é uma reclamação frequente de pessoas que tem seus direitos previdenciários garantidos através de ação judicial” e solicitando a análise da possibilidade de instauração de procedimento para apuração de responsabilidade.

Pois bem. Vejamos o acervo probatório colhido nos autos.

Na fase investigativa, a vítima afirmou (fl. 32):

"Que o declarante ficou impossibilitado de trabalhar devido um tumor na bacia e uma retirada dos rins; Que procurou a Advogada a doutora WALTERLUCYNA ALMEIDA DE MORAIS, para que a mesma desse entrada no auxílio doença; Que foi deferido e o declarante recebeu 4 meses consecutivos; Que disse 4 meses o declarante pagou 384,00 reais de honorários; Que após receber os 4 meses o seu benefício foi suspenso; Que após este fato o declarante procurou a Advogada em que a mesma disse que o declarante tinha direito o benefício e ela ia requerer; Que a Advogada deu entrada e foi deferido o pedido e foi liberado o retroativo no valor de 17.524,02; Que do valor liberado a advogada o chamou em seu escritório e deu ao declarante a quantia de 3.000,00 reais dizendo que ficou tudo certo; Que o declarante comentando com o povo a respeito do que tinha recebido e o povo dizia que estava errado e ele fosse procurar os seus direitos; Que com esse comentário o declarante foi a procura da advogada para ela explicar este erro, a mesma disse que era 20% dela, mais 20% do médico e outros 20% de outra pessoa que o declarante não entendeu e disse que ele estava atrás de muído, onde o declarante que estava atrás de seus direitos; Que após este fato foi procurar saber os valores e procurou a justiça, vista que a Advogada se apropriou de valores que não lhe pertencia". (sic)

Ao ser reinquirido, afirmou (fl. 59):

"Que ratifica as declarações prestadas anteriormente e que em relação ao seu irmão EDSON DA SILVA FERNANDES ele não estava presente no dia que foi chamado ao escritório da Advogada para receber o dinheiro; QUE quem estava era seu vizinho lá do sítio DOMINICIANO DO NASCIMENTO e JOÃO DA SILVA FERNANDES; QUE seu irmão ficou estacionando o carro e ele foi ao escritório juntamente com DOMICIANO falar com a Advogada; QUE ao chegar no escritório a Advogada só deixou ele entrar que recebeu a importância de R\$ 3000,00 Reais e assinou o recibo no valor total, todavia não percebeu; QUE pois não sabe

lê só fez assinar seu nome porque ficou treinando em casa para assinar uma procuração; QUE após pagamento contou o dinheiro na presença do seu irmão JOÃO DA SILVA FERNANDES e DOMICIANO DO NASCIMENTO, que pensou que se tratava de uma parcela, quando procurou saber o valor exato foi a procura da Advogada o qual não resolveu nada e posteriormente procurou a justiça pois estava atrás do seu direito, jamais o faria se não o tivesse” (sic).

A acusada, ao ser interrogada pelo Delegado de Polícia, declarou (fl. 52):

“Que no ano 2009 de o Sr. Luiz da Silva Fernandes, constituiu como advogada a interrogado a Dr^a Walterlucyanna Almeida de Moraes, para que entrasse com um processo contra o INSS. Que o Sr. Luiz Fernandes da Silva, é vizinho da propriedade do genitor da Advogada denunciada. Propriedade do Representante — Sítio Geraldo, Sn, Zona Rural, no Município de Matinhas e a propriedade do genitor da denunciada se localiza no Engenho Cajueiro e Sítio Camará situado na Zona Rural do Município de Martinhas-PB, conforme cadastros do INCRA sob o n^os. 21.0013.013676-3 e 21.0013.008.966-8. Que o declarante fez uma cirurgia de uma HÉRNIA INCISIONAL LOMBAR ESQUERDA. Que o declarante desde o mês de fevereiro do ano de 2012, retirava o auxílio-doença do INSS. Que foi pago ao declarante o valor de R\$ 17.698,63 (dezessete mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos), que foi contratado os honorários no percentual de 20% sobre o valor supracitado, ou seja, R\$ 3.510,80 (três mil quinhentos e dez reais e oitenta centavos), que o declarante pagou de contra gosto, posto que pensasse ser todo dele. Que a advogada interrogada nunca recebeu fora a que tinha direito qualquer outro valor, e que na verdade o declarante sabe ler e escrever e que não tem procedência qualquer acusação contra a interrogada”. (sic)

João da Silva Fernandes afirmou na fase inquisitiva (fl. 60):

“Que é irmão do senhor Luiz da Silva Fernandes; Que no dia do pagamento foi no escritório da advogada o declarante juntamente com a testemunha Domiciano do nascimento e o seu irmão LUIZ DA SILVA FERNANDES; Que o declarante foi em baixo estacionando o carro, e o seu irmão juntamente com Domiciano foi até o escritório para receber o dinheiro, só que a advogada não deixou Domiciano entrar, apenas o irmão do declarante; Que seu irmão recebeu a quantia e ao retornar para o carro e foram contar o dinheiro só tinha 3.000,00 reais, inclusive ele pensou que só era uma parcela; que depois procurou saber o valor exato o qual totalizada a importância de 17.524.02 reais; Que na verdade o seu irmão assinou o recibo e não recebeu uma 2^a via, mas que foi apenas o valor já mencionado; Que jamais o seu irmão recebeu o valor correto, pois não iria procurar a justiça para receber o que não tinha direito o que ele quer é receber o direito dele; que em relação ao o seu outro irmão EDSON DA

SILVA FERNANDES jamais ele teve no dia do pagamento, pois ele hoje se encontra no Rio de Janeiro; Que ele também tinha ação com esta advogada e segundo ele fez um acordo”.

62 e 63):
Domiciano do Nascimento disse ao Delegado de Polícia (fls.

“Que é conhecido da vítima, pois mora no sitio Geraldo, onde são vizinhos; Que no dia do pagamento foi no escritório da advogada juntamente com a vítima LUIZ DA SILVA FERNANDES; Que a advogada não deixou o Depoente entrar no escritório, apenas a vítima; Que vítima recebeu a quantia a 3.000,00 reais, e assinou o recibo no valor de R\$ 17.524,02 e não recebeu a segunda via do recibo; QUE ao sair do escritório foi se juntou com o irmão da vítima o senhor João que já estava o aguardando no carro que ao contar o dinheiro só deu R\$ 3000,00 reais; QUE senhor Luiz pensou que era apenas uma parcela do valor recebido; QUE posteriormente foi verificar o que na verdade tinha direito onde ficou sabendo que o valor era de 17.524,02; QUE posteriormente o senhor Luiz procurou a Advogada para fazer um acordo dizendo que o dinheiro que havia recebido eram menor do que o que tinha direito, não tendo resposta da Advogada procurou a justiça para reaver o que tinha direito; QUE é do conhecimento do Depoente que na sua carteira de identidade consta como analfabeto, todavia ele aprendeu a assinar apenas o seu nome e assim mesmo precariamente pois na ocasião do pagamento a Advogada o fez assinar; QUE conhece o senhor Luiz a bastante tempo e já mas ele iria procurar a justiça para receber um dinheiro que não era dele; QUE a respeito do irmão da vítima o mesmo se encontra no Rio de Janeiro e não estava na ocasião do pagamento; QUE não entende como ele assinou o recibo confirmando que a vítima recebeu o valor constante no recibo se ele não estava presente; QUE inclusive o EDSON DA SILVA FERNANDES tinha também uma ação com a Advogada e fez um com a Advogada para poder viajar”. (sic)

Edson da Silva Fernandes, irmão da vítima, declarou na Delegacia de Polícia (fl. 73):

“Que procurou a Advogada à doutora WALTERLUCYNA ALMEIDA DE MORAIS, para que a mesma desse entrada no Ação de indenização de trabalho, pois já conhecia da região onde mora; Que da ação de indenização resultou no valor de 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), sendo que 1.000,00 (hum mil reais) foi pago como honorário; Que no dia do recebimento de sua indenização só estava a mãe a filha a Dra WALTERLUCYNA ALMEIDA DE MORAIS; Que neste mesmo dia o declarante assinou o recebo de sua indenização, e depois ela veio com outro recibo em o declarante assinou; Que após ter assinado a doutora disse, o senhor sabe o que assinou seu Edson, seio não é do meu caso, onde a doutora disse, não seu Edson é do caso de seu irmão Luiz, pois na verdade o declarante não sabia de que se tratava, pois é praticamente analfabeto, e que a doutora usou de Má fé, pois

jamais sabia que estava assinando a indenização de seu irmão; Que foi enganado pela doutora, que jamais assinaria um recibo desta forma, para prejudicar o seu irmão; Que inclusive no dia que seu irmão foi recebeu a sua indenização o declarante não se encontrava com o mesmo pois estava o seu outro irmão e um vizinho nosso. Que na verdade foram vítima da doutora, pois são matuto do sítio fácil de ser enganado e praticamente só sabe assinar o nome". (sic)

Foram colhidas as seguintes provas na fase processual:

Alaor Fiúza Filho, testemunha de defesa, afirmou (mídia de fl. 153) que estava no escritório da ré, em 2015, quando o Sr. Edson lá esteve e comentou que o irmão dele não tinha recebido um dinheiro dela que "tinha saído na justiça", a quantia certa. Aduz que a advogada imprimiu a documentação, leu para o Sr. Edson e ele assinou, não tendo presenciado ela forçá-lo a assinar.

Marcos Otoniel Marinho de Brito, também testemunha de defesa, disse (mídia de fl. 153) que estava no escritório da ré, junto com o sócio, no começo de 2015, quando chegou uma pessoa que relatou que onde ele morava tinha um boato que o irmão dele estava dizendo que a acusada não tinha pago a ele e que ele achou isso errado. Afirmou que a advogada perguntou se podia fazer uma declaração, ele concordou, então a ré fez o documento, leu e perguntou se o declarante e o sócio podiam assinar a declaração. Diz a testemunha que assinou o documento porque estava presente na hora que o Sr. Edson procurou a advogada, mas que ficou sabendo do acontecido naquele momento.

A vítima, perante o magistrado de primeiro grau, afirmou (mídia de fl. 153) que foi liberada uma indenização da justiça, que recebeu R\$ 3.000,00 (quarenta notas de cinquenta reais e dez de cem reais) e na semana seguinte mandou "puxar" o valor e o rapaz disse que tinha dado dezessete mil, quinhentos e "uns quebrados". Disse que foi orientado a procurar a OAB mas que nada foi resolvido, então procurou uma advogada, mas que não recuperou o valor. Aduziu, também, que foi conversar com a advogada e ela disse que ele estava atrás de "moído" e que quando ele fosse cortado não fosse chorar nos pés dela. Disse que assinou um recibo (reconheceu a assinatura) mas não sabia o que estava assinando, que mal sabe assinar o nome.

João da Silva Fernandes declarou (mídia de fl. 153) que o irmão foi receber o dinheiro da causa com a advogada, que o declarante ficou no carro e o ofendido desceu junto com Domiciano. Na volta, eles contaram o dinheiro no carro, deu R\$ 3.000,00 (três mil reais), sendo 40 notas de R\$ 50,00 e 10 de R\$ 100,00. Aduziu que o irmão pensava que era uma parcela, sendo que quando viu que estava errado foi atrás. Alegou que o irmão não sabe ler nem assinar e que este disse que Domiciano ficou do lado de fora da sala, tendo a vítima entrado sozinha na sala da advogada.

Em seu interrogatório judicial, a acusada negou as imputações a ela irrogadas, afirmando, em síntese (mídia de fl. 157) que

entregou o valor integral ao S. Luiz e que este retirou os 20% (R\$ 3.539,00) correspondentes aos honorários advocatícios e pagou a interrogada. Disse que o réu a está acusando por vingança porque o genitor dela, em 2012, não teria deixado passar uma estrada por dentro da propriedade dele, e a vítima teria ficado com raiva. Alegou que inicialmente quem era advogada do ofendido era a mãe dela e depois a interrogada passou a atuar. Diz que o irmão de S. Luiz presenciou a entrega do dinheiro, tanto que consta uma declaração do irmão reconhecida em cartório; que é mentira a informação do irmão da vítima prestada na delegacia de que apenas assinou um papel sem saber do que se tratava, fato este que estaria comprovado pela declaração do S. Domiciano de que o S. Edson teria entrado junto com S. Luiz para receber o dinheiro. Aduz que a vítima falou que não tinha conta corrente e quis receber em dinheiro, que a única testemunha da entrega do dinheiro é o irmão da vítima, que assinou declaração que consta nos autos; que entregou a quantia ao S. Luiz, ele contou na presença do irmão, ela leu o recibo, a vítima também e só depois foi que ele assinou, mas não há recibo do pagamento deste valor.

Há nos autos ofício da Caixa Econômica Federal informando que o saque dos valores referentes à RPV em nome de Luiz da Silva Fernandes foi efetuado por procuração, em 09/10/2012, pela ré (fl. 16), procuração da vítima outorgando poderes à acusada para receber o valor desse RPV (R\$ 17.554,02) – fl. 18, e comprovante do depósito deste valor feito na conta da advogada, ora ré (fl. 22).

Consta, ainda, a defesa prévia apresentada pela ré junto a OAB (fls. 41/46), em face da representação da vítima Luiz da Silva Fernandes, (fl. 51), acompanhada dos seguintes documentos:

a) recibo de fl. 47, assinado pelo réu, datado de 27/11/2012, constando que este recebeu daquela *"toda a quantia do RPV de nº 2012.82.01.009.504.274, referente a AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTE AO PERÍODO NEGADO INDEVIDAMENTE E PEDIDO LIMINAR em face do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS, processo este de nº 0505989-71.2009.4.05.82.01"* (sic);

b) declarações de fls. 48 e 50, assinadas por Francinaldo Silva Santos e Maria José Pinheiro dos Santos, respectivamente, datadas de 18/07/2013, em que estes afirmam que em 2012 moradores da vizinhança, dentre eles o Sr. Luiz da Silva Fernandes, e a prefeita, tentaram de toda forma abrir caminho para carro por dentro das propriedades do Sr. Hugo Cavalcanti de Moraes, não tendo este deixado, causando raiva em todos; e

c) declaração, datada de 30/01/2013 e assinada pelo irmão da vítima, Edson da Silva Fernandes, de que estava presente quando o Sr. Luiz da Silva Fernandes recebeu da ré o valor de R\$ 17.524,02, que pagou a esta os honorários no percentual de 20% (vinte por cento), fl. 49.

Da análise detida das provas encartadas no caderno processual, supramencionadas, verifica-se estar evidenciado que a ré se apropriou, em função de sua profissão, de valores devidos à vítima, semianalfabeta, e que estavam em poder da primeira, na condição de advogada, enquadrando-se a sua conduta no delito disposto no artigo 168, § 1º, inciso III, do CP.

A vítima, durante a instrução processual, foi segura em suas declarações, que são coerentes e uniformes com as prestadas por ela mesma na fase inquisitiva – e, inclusive antes dela quando foi a OAB – e pelas demais provas orais colhidas.

Além disso, resta evidenciado, tanto pelos documentos pessoais quanto pelo vídeo gravado durante a oitiva da vítima em juízo, tratar-se esta de uma pessoa com poucos conhecimentos, tendo dificuldade, inclusive, de assinar o próprio nome, o que torna muito fácil de ser ludibriada, como aconteceu na hipótese vertente, em que foi induzida a assinar recibo de quitação. Registre-se que em nenhum momento a vítima afirma que foi forçada a assinar o recibo – como afirma a ré – e sim que foi enganada.

Importante frisar que é comum ao homem do campo, como o ofendido, reconhecer números, mas não saber ler. O fato de a vítima assinar o nome não significa que saiba ler e escrever, como faz crê a ré.

De outra banda, a acusada tenta justificar as acusações com uma possível vingança por parte da vítima contra o genitor da primeira por não ter permitido que fosse construída uma estrada dentro de sua propriedade, restringindo-se a juntar declarações de fls. 48 e 50, assinadas pelas pessoas de nome Francinaldo Silva Santos e Maria José Pinheiro dos Santos, que sequer foram chamadas ao processo.

No que tange à alegação da ré de que o irmão da vítima, S. Edson da Silva Fernandes, estava presente no dia em que realizou o pagamento integral dos R\$ 17.524,02, tanto que assinou declaração nesse sentido, não merece acolhida. É que, apesar de não ter sido ouvido em juízo, na Delegacia de Polícia (fl. 73), o S. Edson foi claro ao afirmar que havia ido ao escritório da advogada/ré tratar de assunto referente a outro processo e que ele havia assinado a declaração sem saber do que se tratava. Ademais, a vítima, seu irmão João da Silva Fernandes e Domiciano do Nascimento (na Delegacia de Polícia), foram unânimes em afirmar que compareceram ao escritório da advogada no dia do fato narrado na inicial apenas eles três.

Ressalte-se que, posteriormente, Domiciano do Nascimento mudou seu depoimento, consoante se verifica na mídia de fl. 153, afirmando não saber de nada. Entretanto, tal versão resta isolada nos autos.

Não bastassem os fatos acima mencionados, as testemunhas de defesa não comprovam ter o S. Edson da Silva Fernandes dito que estava presente no dia do crime e tinha visto a ré entregar o valor integral

ao S. Luiz. Apenas relatam, na mídia de fl. 153, que S. Edson compareceu ao escritório da advogada e que assinou a declaração de fl. 49.

Rogério Sanches Cunha, em sua obra Manual de Direito Penal, Parte Especial, 8ª Ed., Salvador: *Juspodivm*, 2016, pág. 322/323, ao tratar do delito de apropriação indébita, explana que:

"a consumação ocorre no momento em que o agente transforma a posse ou detenção que exerce sobre o bem em domínio, isto é, quando pratica atos inerentes à qualidade de dono, incompatíveis com a possibilidade de ulterior restituição da coisa."

Destarte, não há dúvidas quanto à ocorrência do delito previsto no art. 168, § 1º, inciso III, do CP.

Por todo o exposto, materialidade e autoria comprovadas, impõe-se a manutenção da condenação da ré pela prática de apropriação indébita.

Sobre o tema, eis o julgado:

"EMENTA: APELAÇÃO - APROPRIAÇÃO INDÉBITA - PRELIMINARES: EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - PRESCRIÇÃO - NÃO OCORRÊNCIA - NULIDADE DO LAUDO DE AVALIAÇÃO INDIRETA - REJEIÇÃO. MÉRITO: ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE - ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA - NÃO INCIDIÊNCIA - PENA DE MULTA - MANUTENÇÃO - HONORÁRIOS - DEFENSOR DATIVO - FIXAÇÃO. 1- Se entre os marcos interruptivos da prescrição não houve decurso do prazo prescricional, incabível a extinção da punibilidade. 2- Nos termos do art. 158 do CPP, não há óbice legal para a avaliação da res seja realizada de forma indireta. 3- **Presentes provas (orais e documentais) suficientes a demonstrar a materialidade, a autoria e o dolo, característicos do crime de Apropriação Indébita, afasta-se a pretensão Absolutória. 4- Para o reconhecimento da atenuante da Confissão Espontânea, o agente deverá admitir a autoria do fato criminoso imputado na denúncia, com todos os elementos do crime (a conduta, o resultado, o nexo de causalidade entre a conduta e o resultado e a tipicidade). 5- A pena de multa, assim como a pena privativa de liberdade, constitui sanção estipulada pelo Legislador no preceito secundário do tipo penal, não podendo ser decotada da condenação em observância ao Princípio da Legalidade. 6- Deve ser arbitrada verba honorária a Defensor Dativo em razão de sua atuação no curso da ação penal, a serem pagos pelo Estado". (TJMG - **Apelação Criminal nº 1.0056.11.020278-7/001, Relator(a): Des.(a) Octavio Augusto De Nigris Boccacini, 3ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 21/11/2017, publicação da súmula em 19/12/2017).** Destaquei.**

O mesmo se diga quanto ao delito do art. 347, parágrafo único, do CP (fraude processual), uma vez que as declarações de fls. 47 e 49, assinadas pelos subscritores após induzimento pela ré, sem terem conhecimento do conteúdo, foram juntadas ao procedimento administrativo em tramitação na OAB. Tal fato ocorreu quando estava em curso o inquérito policial e, posteriormente, a acusada trouxe referidos documentos para os presentes autos. Vejamos a redação do tipo penal em questão:

Art. 347 - Inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito.

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único - Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro.

Assim, mantenho a sentença condenatória.

Passemos à análise das penas aplicadas.

Vê-se que para o tipo do art. 168, § 1º, inciso III, do CP, a pena é de reclusão de 01 (um) a 04 (quatro) anos, e multa.

Ora, no *decisum* impugnado a ré foi condenada à pena de 02 (dois) anos de reclusão e 26 (vinte e seis) dias-multa. A pena base foi estabelecida em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão e 20 dias-multa, em face da existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, tendo sido aumentada em 1/3 (um terço) apenas na terceira fase, diante da incidência da causa de aumento prevista no § 1º, tornando-se definitiva em 02 (dois) anos e 26 dias-multa.

Já para o delito do art. 347, parágrafo único, do CP, a pena é de detenção de 03 (três) meses a 02 (dois) anos, aplicadas em dobro.

O magistrado, diante das circunstâncias judiciais, fixou a pena base em 06 (seis) meses de detenção e 20 (vinte) dias-multa, aumentada em dobro pela causa de aumento previsto no parágrafo único do dispositivo supracitado, perfazendo, então, 01 (um) ano de detenção e 40 (quarenta) dias-multa, tornada definitiva na ausência de atenuantes e agravantes e de outras causas de diminuição ou de aumento da pena. Aplicado o concurso material, as penas foram somadas, perfazendo 2 (dois) anos de reclusão, 01 (um) ano de detenção e 66 (sessenta e seis) dias-multa.

Desta forma, também não há que se modificar a sentença no tocante à dosimetria da pena, posto que obedeceu aos ditames legais e se mostrou a reprimenda final adequada e suficiente para reprovação e prevenção de novos crimes.

O juiz *primevo* substituiu a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, consistentes na prestação de serviços à comunidade ou

entidade pública e prestação pecuniária de 03 (três) salários-mínimos, em obediência ao art. 44 do CP. Da mesma forma, irretocável neste ponto a decisão de primeiro grau.

Assim, mantenho na íntegra a sentença recorrida.

Conforme requerido pelo Ministério Público, após o trânsito em julgado, remeta-se cópia desta decisão a OAB/PB e ao Tribunal de Justiça do Acre.

Ante o exposto, em harmonia com o parecer ministerial,
NEGO PROVIMENTO AOS APELOS.

É como voto.

Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Senhor Desembargador Carlos Martins Beltrão Filho, Presidente da Câmara Criminal, dele participando os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Arnóbio Alves Teodósio, relator, Marcos William de Oliveira (Juiz de Direito convocado para substituir até o preenchimento da vaga de Desembargador, 1º vogal), revisor e João Benedito da Silva (2º vogal).

Presente à sessão o Excelentíssimo Senhor Amadeus Lopes Ferreira, Promotor de Justiça convocado.

Sala de Sessões da Câmara Criminal "Desembargador Manoel Taigy de Queiroz Mello Filho" do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 21 de junho de 2018.

**Des. ARNÓBIO ALVES TEODÓSIO
RELATOR**

